SOMBRAS SOBRE A CULTURA

14-Jan-2011

OpiniÃ£o

Texto de Carlos Vieira e Castro

A crise Ã© um bom pretexto para cortar no luxo e no supÃ©rfluo. Para que serve a cultura?... Hoje, Goebbels, ao ouvir falar de Cultura nÃ£o sacaria da pistola, masÂ do livro de cheques e diria: â€œ- Queriam?! Este dinheirinho Ã© preciso para tapar o buraco negro do BPN,Â para comprar submarinos e carros de combate aos anarquistas que hÃ£o-de aparecer um dia como as armas de destruiÃ§Ã£o massiva do Saddam, porque nÃ£o podemos fazer mais com menos artilharia, ou as agÃªncias de â€œeratingâ€• e os mercados pensariam que somos governados por gente sem coragem para cortar nos salÃ¡rios nas pensÃµes, nas bolsas, nos subsÃ-diosâ€¦dos pobres, dos remediadosâ€¦ dos ricos nÃ£o, porque se nÃ£o houver ricos nÃ£ hÃ¡ riqueza para dividirâ€¦ pelos ricos.

Receita para fazer Cultura sem ovos: corta-se Â¼ do orÃ§amento do ministÃ©rio para a criaÃ§Ã£o e produÃ§Ã£o artÃ-sticas, mistura-se o D. Maria com o S. JoÃ£o, o S. Carlos e a Companhia Nacional de Bailado, bate-se Opart o pessoal a recibos verdes, fritam-se os bailarinos e outros artistas de desgaste rÃ¡pido, retira-se 30% Ã rede de museus. Entretanto,Â congela-se a promessa eleitoral de SÃ³crates de 1% do OrÃ§amento para a Cultura e deixa-se a marinar os 0,4% (apesar de a Cultura representar 2,8% do PIB) Enfeita-se a travessa com La FÃ©ria. Serve-se frio, acompanhado com pipocas e coca cola.

JÃ¡ lÃ¡ vai o tempo em que Viseu era um deserto cultural e o oÃ¡sis mais perto era a ACERT. Hoje temos o Teatro Viriato, graÃ§as ao ministro Carrilho, suportado pela CÃ¢mara (40%) e pelo MinistÃ©rio da Cultura (60%, antes de Canavilhas cortar 23% para este ano).Â

Mas serÃ¡ que nÃ£oÂ passarÃ-amos bem sem ir ao Teatro? HÃ¡ quem nÃ£o morra Ã fome, mas se alimente mal. Um povo sÃ³ Ã© verdadeiramente livre se for culto. NÃ£o Ã© por acaso que jÃ¡ hÃ¡ muito que o Conselho da Europa considera os direitos culturais como parte integrante dos direitos humanos.

SÃ³ para falar dos espectÃ¡culos do Ãºltimo trimestre a que ainda nÃ£o tive oportunidade de me referir aqui, digo-vos que teria ficado muito mais pobre (de espÃ-rito) se tivesse perdido â€œSÃ¡bado 2â€•, a reposiÃ§Ã£o da primeira obra da Companhia Paulo Ribeiro, e a surpreendente visÃ£o da primordial energia subversiva do coreÃ³grafo â€œresidenteâ€•; ou â€œBelongingâ€•, uma muito bem conseguida fusÃ£o de lÃ-nguas, mÃºsica e tradiÃ§Ãµes populares, pelo Teatro Regional da Serra do Montemuro e os ingleses do Foursight Theatre. Por isso aconselho-vos a nÃ£o perderem a programaÃ§Ã£o de 2011, queÂ comeÃ§a da melhor forma comÂ â€œSombras â€“ a nossa tristeza Ã© uma imensa alegriaâ€• de Ricardo Pais,Â que podeis ver atÃ© ao prÃ³ximo SÃ¡bado, dia 15.Â

Temos ainda um Cine Clube, com 55 anos de existÃªncia, a prestar um

serviÃ§o pÃºblico, nomeadamente junto da comunidade escolar, com excelentes ciclos de cinema, a Ãºnica alternativa de qualidade Â medÃ-ocre programaÃ§Ã£o, em duplicado, das salas dos centros comerciais. E surgiram ultimamente algumas associaÃ§Ãµes como a Zunzum e a Gira Sol Azul, que aliam a actividade cultural no campo do teatro e da mÃºsica, respectivamente,Â com a intervenÃ§Ã£o social na comunidade.

NÃ£o hÃ¡ desculpa, por isso, para os cortes nos apoios da CÃ¢mara Municipal de Viseu Ã s associaÃ§Ãµes culturais, anunciados ao fim de um ano de actividades, frustrando expectativas de financiamento. A compra de actos culturais (espectÃ¡culos, exposiÃ§Ãµes, concertos) Ã© uma mera transacÃ§Ã£o, uma aquisiÃ§Ã£o de serviÃ§os, e nÃ£o pode ser confundida com o normal e necessÃ¡rio apoio anual Ã s actividades das associaÃ§Ãµes ou colectividades culturais que, com a sua programaÃ§Ã£o regular, prestam um serviÃ§o pÃºblico inestimÃ¡vel, contribuindo para a qualidade de vida das populaÃ§Ãµes e para o desenvolvimento municipal e regional.Â Â Â Por isso Ã© necessÃ¡rio que o municÃ-pio tenha uma efectivaÂ polÃ-tica cultural, mais transparente, com critÃ©rios mais claros na atribuiÃ§Ã£o de apoios,Â menos oscilantes e previamente definidos.

Carlos Vieira e Castro

Â

(PÃ³ de Palco de 13.01.2011)